

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de S. Paulo

Class.: Cinte largo 148

Data: 01/09/76

Pg.: _____

Decisão sobre conflito em Aripuanã satisfaz a Funai

Da Sucursal de
BRASÍLIA

A Funai e o próprio sertanista Apoena Meirelles, diretor do Parque Indígena do Aripuanã, em Rondônia, onde têm ocorrido conflitos entre índios e posseiros, ficaram satisfeitos com os resultados da reunião realizada anteontem em Brasília e que determinou a redução do parque ao sul e a anexação de uma área ao norte, liberando parte da área indígena para os invasores. A decisão, embora não tenha conseguido garantir a integridade da área indígena, segundo afirmou Apoena Meirelles, foi a mais viável apresentada durante o encontro, tendo sido proposta pelo governador de Rondônia e pelo presidente do Incra, Lourenço Vieira da Silva.

A solução aprovada é, na verdade, igual a que foi adotada no Parque Nacional do Xingu em 1972, que perdeu sua área norte, cortada pela rodovia BR-080, a Brasília-Manaus, ganhando novas terras ao Sul.

Na Funai, ontem, o clima era de alívio entre os assessores do general Ismarth Araújo Oliveira. Sabia-se que na reunião preliminar tinha sido levantada a idéia de se transferir os índios para um outro local, liberando-se inteiramente a área para fixação de colonos. Esta possibilidade e mesmo a outra, defendida inicialmente pelo Incra, de adiar a transferência dos invasores para depois da colheita do próximo ano representavam, segundo Apoena, o atestado de falência de toda a política da Funai. O general Ismarth afirmou ontem que, embora os índios devam perder parte de suas terras, existe a vantagem de que o trabalho de demarca-

ção será reiniciado imediatamente, e esta era a grande preocupação da Funai, pois o ritmo de penetração que ocorre atualmente na área — 10 famílias por dia, em média — caso não fosse imediatamente cortado, causaria a inevitável ocupação de toda a terra dos índios suruí.

INVIÁVEL

Apoena explicou, ontem, que o posto indígena Sete de Setembro, distante apenas 2 quilômetros das roças dos invasores, não será desativado nem incluído na área que os índios perderão. A faixa a ser demarcada passará a 4 quilômetros do posto e os colonos que estão além desse local serão transferidos.

“Ainda assim — afirma o diretor do parque — os índios ficarão muito próximos aos civilizados. Por isto, embora não se pense na desativação do posto, procuraremos convencer os índios a construir novas malocas mais para o interior da área a ser demarcada”.

Sobre o encontro que reuniu o ministro do Interior, Rangel Reis, o presidente do Incra, Lourenço Vieira da Silva, o governador de Rondônia e representantes do Conselho de Segurança Nacional, informou-se, ontem, que nenhum dos órgãos presentes considerou viável a proposta da Funai de retirar os 7.000 invasores que ocuparam a área indígena a partir de 1971. Houve, inclusive, o reconhecimento de que parte da culpa pela situação cabe a própria Funai, que não considerou prioritária a demarcação da área, embora a ocupação ilegal tenha sido denunciada sistematicamente pelo sertanista Apoena Meirelles, nos últimos anos.

A nova área que será anexada à reserva indígena ao norte, informou-se, também está ocupada por posseiros que adquiriram glebas de 2.000 hectares dos irmãos Melhorança, que venderam ilegalmente 1 milhão e 200 mil hectares de terras dos índios cintas-largas e suruí. A previsão é que haverá alguma reação dos ocupantes, mas, definidos os novos limites da área indígena, os órgãos de segurança, conforme ficou definido durante o encontro, estarão prontos para garantir a demarcação e a remoção dos invasores.

MERURE

O advogado da Funai, Tibério Cordeiro Tavares, que está acompanhando o processo instaurado para apurar a morte do padre Rodolfo Lunkenbein e de um índio hororo durante o ataque de fazendeiros e posseiros a colônia indígena salesiana de Merure, em Mato Grosso, não verificou qualquer irregularidade no andamento das investigações, discordando, assim, de denúncia feita pelo padre Antonio Iasi, do Conselho Indigenista Missionário. O advogado reconheceu apenas a morosidade do ritmo do processo, mas considera isso natural, por serem muitos os réus indiciados.

Segundo o assessor da Funai, que esteve em Barra do Garças, onde corre o processo, todas as etapas da ação jurídica têm sido cumpridas com rigor. Permanecem presas seis pessoas: Manoel Borges da Silva, Francisco Luiz Bispo, Bento Bispo, João Batista da Silva, Sebastião Bispo e José Ribeiro Bispo, que impetraram no Tribunal de Justiça, no mês passado, um pedido de habeas-corpus ainda não julgado.